



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/01/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
1.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	4 - 5
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	6
2.2. DESEMBARGADORES.....	7
2.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
2.4. SEM ASSUNTO.....	9
2.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	10
2.6. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	11 - 12
2.7. VARAS CRIMINAIS.....	13
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	14 - 15
3.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	16
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DESEMBARGADORES.....	17
4.2. PRESIDÊNCIA.....	18
4.3. SEM ASSUNTO.....	19
4.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	20
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CNJ.....	21 - 22
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	23
5.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	24
5.4. PRESIDÊNCIA.....	25 - 26
5.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	27
5.6. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	28 - 30
5.7. VARAS CRIMINAIS.....	31

GMF pede manutenção de convênio de assistência a condenados

O Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão vai solicitar à governadora Roseana Sarney a continuidade do convênio entre o Estado e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac's). O pedido incluirá também a celebração de novas parcerias para o custeio das outras sete Apac's já criadas em municípios do Estado.

A decisão foi tomada ontem (11), em reunião do GMF com representantes do Ministério Público Estadual, OAB, Defensoria Pública, Conselho da Comunidade, Conselho de Direitos Humanos e das secretarias estaduais de Educação, da Mulher e de Justiça e Administração Penitenciária, em razão da ameaça de rompimento de convênio pela Sejap.

"Acreditamos na política da

ressocialização e no método Apac e esperamos que ele seja ampliado no Estado", ressaltou o desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA.

O encontro emergencial foi motivado pela emissão de ofício pelo secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Victor Tamer, informando sua intenção de rescindir o convênio de custeio com a Apac de Pedreiras e de não celebrar novos convênios com outras APAC's. O secretário informou que baseou seu posicionamento em parecer da procuradora estadual Cláudia Maria Gonçalves.

Presente à reunião, a procuradora Cláudia Maria Gonçalves esclareceu que houve um erro na interpretação do parecer, uma vez que ela não teria

recomendado a rescisão do convênio ou se manifestado pela proibição da assinatura de outros da mesma natureza.

"A recomendação é apenas para que todos os convênios passem por uma análise pela Procuradoria Geral do Estado, quanto às condições e cláusulas de cada caso", explicou. A Procuradora do Estado disse ainda que não recomendou e não recomenda a ruptura abrupta do convênio sem abertura do contraditório.

O desembargador Froz Sobrinho ressaltou que a ressocialização prisional é uma política atualmente adotada pelo Poder Judiciário maranhense, que por meio da instalação das Apac's vem expandindo esse trabalho no Estado.

"A criação da Unidade de Monitoramento Carcerário enquanto órgão autônomo

demonstra a preocupação do TJMA com a reintegração social e capacitação profissional dos internos e egressos", lembrou.

O juiz da auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais e membro do GMF, Douglas de Melo Martins, ressaltou a respeitabilidade das APAC's dentro e fora do Brasil, enquanto método que oferece aos condenados, em ambiente higiênico, limpo e saudável, profissionalização, assistência à saúde, assistência jurídica, religiosidade e a valorização humana.

"A reincidência está abaixo de 10%, enquanto no sistema tradicional é superior a 70%. Nunca aconteceu no país o questionamento sobre a legalidade das APAC's, o que existe é apoio, incentivo e parcerias do Poder Público", destacou.

Gestores devem efetuar cadastro eletrônico no TCE até o fim do mês



Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA).

PÁGINA 3

Edmar Cutrim frisou que os gestores têm que ficar atentos ao prazo de envio de informações

Gestores devem efetuar cadastro eletrônico no TCE até o fim do mês

Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA).

A medida é uma exigência legal, determinada pela Instrução Normativa nº 011, e figura como um mecanismo importante no sentido de fazer com que a Corte de Contas possua informações atualizadas sobre os gestores públicos maranhenses, dentre eles prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais que tomaram posse recentemente.

"Os gestores, tanto estaduais quanto municipais, tem que estar atentos ao prazo de cadastro. Alguns irão prestar as informações pela primeira vez e outros irão atualizá-las. O importante é que todos cumpra a exigência legal", afirmou o presidente do TCE, conselheiro Edmar Cutrim.

O cadastro eletrônico é feito de maneira simples e rápida através do site do Tribunal (www.tce.ma.gov.br). Depois de acessar a página eletrônica, o gestor deve clicar no link Cadastro de Jurisdicionado, ler as informa-



Edmar Cutrim frisou que os gestores têm que ficar atentos ao prazo de envio de informações

ções sobre o procedimento e clicar no ícone prosseguir.

Para aqueles que já possuem cadastro (ou seja, já prestaram tais informações em outras oportunidades) basta apenas digitar nome e senha e acessar a página onde serão descritas ou atualizadas as informações, tais como nome completo, endereço,

cargo, mandato, dentre outras. Os que não possuem senha terão que cadastrá-la, assim como o nome de usuário.

Além de prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais, são obrigados a efetuar o cadastro presidente da Assembleia Legislativa; presidente do Tribunal de Justiça e Contas; presidentes de Em-

presas Públicas e Sociedades de Economia Mista, de Fundações, de Institutos, ou cargos equivalentes; dirigente máximo da unidade administrativa subordinada ao órgão ou poder da administração pública que realize ato de gestão, por delegação ou por qualquer outro motivo (são os servidores com cargo de direção que executam o orçamento por delegação do chefe do poder); dirigente máximo de unidade supervisora ou gestora que realize atos de gestão (servidores delegados pelo gestor); responsável pela contabilidade do órgão ou poder jurisdicionado, indicando o número do registro no Conselho Regional de Contabilidade (contador); membro de órgão colegiado, que por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão (membros do Conselho de Administração e Fiscal); responsável pela gestão orçamentária e financeira ou outro co-responsável por atos de gestão (diretor financeiro e contador).

O gestor que não efetuar o cadastro até o fim deste mês será penalizado com multa, além de outras sanções previstas em lei.

Gastos do Judiciário atendem Lei de Responsabilidade Fiscal

O planejamento e o controle diário da execução orçamentária são atividades preponderantes da Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em 2012 foram disponibilizados recursos de aproximadamente R\$ 837,2 milhões para executar as ações previstas no Plano Plurianual.

"Aos R\$ 774 milhões inicialmente previstos foram somados R\$ 63,2 milhões com suplementações oriundas de fontes próprias - excesso de arrecadação e superávit financeiro", explica o diretor financeiro do TJMA, Luis Carlos Calvet.

A título de comparação, todos os demais poderes do Estado solicitaram crédito suplementar no orçamento para cobertura de gastos com pessoal, enquanto o Tribunal de Justiça cumpriu rigorosamente o que estava previsto no orçamento e manteve os gastos de pessoal dentro dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros no primeiro ano da gestão do desembargador-presidente Guerreiro Júnior teve reflexos positivos na vida dos servidores, com antecipação de pagamento da folha de pessoal, em torno do dia 20, e do 13º salário com recursos próprios, além de assegurar recursos para pagamento de 100% de Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) e para reajuste nos auxílios alimentação e saúde.

Foram investidos cerca de R\$ 40 milhões em construção e reforma de imóveis do Judiciário. Mais R\$ 17 milhões foram aplicados em bens permanentes, como veículos, condicionadores de ar, mesas, cadeiras, equipamentos de informática, dentre outros.

"Diante deste cenário em que se intensificam os investimentos em equipamentos, reformas e construção de imóveis, as despesas de manutenção refletem diretamente no orçamento de custeio do TJMA", ressalta Calvet.

Para tanto - diz o diretor financeiro - buscaram-se acréscimos com ações próprias, como a gestão de recursos financeiros depositados em contas bancárias do TJMA, que tem gerado um rendimento de aplicação financeira significativo.

Houve, ainda, a apuração do superávit financeiro do exercício anterior e o acompanhamento constante da arrecadação do FERJ e do FERC, que são fontes próprias para abertura de créditos orçamentários.

Além das receitas, são realizados controles permanentes dos itens de materiais e serviços solicitados para aquisição, sendo rejeitados os pedidos que forem avaliados negativamente, no intuito de contenção de gastos.

No âmbito da redução de custos, foi elaborado um projeto de alteração na legislação de diárias que se estima a economia de aproximadamente R\$ 1 milhão anual.

TJMA investe R\$ 15 milhões na segurança de dados judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) investiu R\$ 15 milhões para garantir a segurança de dados judiciais, em 2012. Deste total, cerca de R\$ 2 milhões foram aplicados na implantação da nova central de processamento de dados (Data Center).

Inaugurado em julho de 2012, o Data Center grava informações dos sistemas judiciais e administrativos, com capacidade para armazenar 58 terabytes (espaço de memória) - o suficiente para guardar 50 milhões de páginas de documentos, ou o equivalente a 100 mil resmas de papel.

"É mais facilidade para os operadores do Direito e maior agilidade no julgamento dos processos. É incalculável a economia de tempo, espaço e recursos", avalia o presidente do Tri-

bunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior.

A central de dados utiliza tecnologia de ponta que permite infinitas ampliações, prevendo a expansão do processo eletrônico, com funcionamento 24 horas/dia dos sistemas judiciais e administrativos.

REDE - Foram feitos investimentos também na instalação da nova rede de dados do Judiciário em diversas comarcas do Estado, além do Juizado de Trânsito, Auditoria Militar, Ouvidoria, Juizados de Bacabal, Timon, Grajaú, Amarante, São Francisco do Maranhão, Mirador, Tasso Fragoso e São Domingos do Azeitão. Aumentou a capacidade de comunicação das unidades para 2 mbps (cerca de 4 a 8 vezes maior que a velocidade anterior).

Tornozeleira eletrônica da PF é retirada de ex-prefeita de Paço

Bia Venâncio foi acusada de integrar uma quadrilha de fraude em licitações

Ronaldo Rocha
Da editoria de Política

A ex-prefeita de Paço do Lumiar Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio (PSD), obteve na Justiça Federal a liberação para a retirada da tornozeleira eletrônica instalada em sua perna direita pela Polícia Federal. Ela havia entrado com requerimento no processo que a acusa de participação em uma quadrilha de fraude em licitações e desvio de recursos federais e obteve parecer favorável do Ministério Público Federal (MPF). A decisão de retirada da tornozeleira da ex-gestora é do juiz federal Ney Bello Filho, do Tribunal Regional Federal no Maranhão.

A retirada da tornozeleira eletrônica, que a impedia de ter acesso ao prédio da Prefeitura de Paço do Lumiar; de ausentar-se da cidade sem prévia autorização judicial; de manter contato com outros acusados, e que proibia saídas noturnas e nos fins de semana, ocorreu na quarta-feira, 9. Foram os próprios policiais federais os responsáveis pela desativação do objeto, que a monitorava diariamente.

Os demais membros da quadrilha, também sujeitos ao moni-



Bia Venâncio com tornozeleira

toramento eletrônico, aguardam decisão judicial sobre o mesmo pedido de liberação. Até o momento, no entanto, o MPF não deu parecer a respeito dos novos requerimentos.

Bia Venâncio, o ex-vereador Thiago Aroso - filho da ex-prefeita; o ex-vereador Edson Arouche Júnior, o Júnior do Mojó - preso por crimes de grilagem de terra - além de secretários municipais, vereadores e empresários, foram detidos pela PF durante a Operação Allien, realizada no dia 20 de setembro de 2012, nos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Igarapé Grande.

Os investigados e presos eram acusados de atuarem em um esquema fraudulento da Prefeitura de Paço do Lumiar, que chegou a

desviar o equivalente a R\$ 15 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). A investigação da Polícia Federal desvendou que o esquema funcionava há pelo menos dois anos antes das prisões.

Presenças

O Palácio dos Leões mandou seu staff institucional e jurídico à posse do comando da OAB, quinta-feira.

Foram o vice-governador Washington Luiz, a procuradora-geral do Estado, Helena Haickel, e a secretária de Recursos Humanos, Luiza Oliveira.

Já o Tribunal de Justiça foi representado pelo desembargador José Joaquim Figueiredo, que não integra a cúpula da Corte.

Juiz transfere presos para amenizar a superlotação

Reprodução/imagem/TV Mirante

Unidade de Bacabal, inaugurada em 2012, já operava acima de sua capacidade

BACABAL - O juiz Roberto Oliveira de Paula, titular da 2ª Vara da Comarca de Bacabal, determinou a transferência de alguns presos da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) da cidade para cadeias de outras cidades da região. O motivo, segundo o magistrado, é amenizar o problema de superlotação da carceragem, que com capacidade para abrigar 83 presos, já estava com 91 detentos.

Apesar da decisão, o titular da Comarca reconheceu que as outras cidades vizinhas também não têm condições adequadas para manter os criminosos presos. "É bem verdade que a maioria dos locais que estão recebendo esses presos também não tem condições, mas nossa obrigação é zelar por esta unidade e por isso vimos a necessidade de retirada de alguns detentos", explicou o juiz.

Quando determinou a transferências dos presos, o juiz também não descartou a possibilidade de, caso o problema de superlotação volte a comprometer as condições salubres dos internos, os novos presos ganha-



Juiz Roberto de Paulo conversa com presos no presídio de Bacabal

rem o benefício de prisão domiciliar. "Essa é uma situação emergencial. É apenas para aqueles que cometerem crimes menos graves", lembrou o magistrado.

Com a determinação judicial, alguns presos da UPR local foram transferidos para unidades prisionais das cidades de Presidente Dutra, Vitorino Freire, Dom Pedro, Pio XII, São Domingos do Maranhão, Zé Doca e São Mateus. "Nossa expectativa é a de que a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária [Sejap] consiga contornar essa

situação", completou Roberto Oliveira de Paula.

A Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, localizada no bairro Piratinin-ga, foi inaugurada em junho de 2012 e já sofre com o acúmulo de presos. Durante a transferência dos internos, foi possível perceber que algumas celas que deveriam abrigar cinco presos estavam com oito, alguns deles dormindo no chão. "Tem gente que se suja por besteira e vem para o presídio, só para lotar", desabafou o detento Francisco Silva.

Data Center

O Tribunal de Justiça investiu R\$ 15 milhões na segurança de dados judiciais, em 2012 - R\$ 2 milhões bancaram o novo centro de processamento de dados (Data Center).

O Data Center grava informações dos sistemas judiciais e administrativos, com capacidade para armazenar 50 milhões de páginas de documentos.

- É mais facilidade para os operadores do Direito e maior agilidade no julgamento dos processos - comemora o presidente da Corte, desembargador Guerreiro Júnior.

Cresce número de casos de violência sexual contra menores em Imperatriz

Foram registrados 102 casos em 2011. Em 2012, esses registros chegaram a 107 casos, segundo o relatório do Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social

IMPERATRIZ - O número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Imperatriz aumentou em 2012, se comparado com o ano anterior, segundo relatório de trabalho do Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social (Creas). Foram 102 casos atendidos em 2011. Em 2012, esses registros chegaram a 107 casos.

O relatório divulgado esta semana pelo Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social mostra que os autores das agressões continuam sendo membros da própria família das vítimas, mas esse ranking criminoso vem aumentando para envolvimento de padrastos e até vizinhos.

"Em 2011, tínhamos como principal agressor o pai. Já no ano passado, percebemos que teve uma mudança. A figura do padrasto apareceu mais. Ele também é um ser que está vivendo dentro da casa da família da vítima. O vizinho também passou a ser abusador", ressaltou o coordenador do Creas, Ariston de França.

No relatório de atendimentos do órgão pertencente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), no ano passado, além de abuso sexual, há re-



Fotos/Divulgação

Ariston de França diz que antes o pai era o maior abusador de menor

Números

102

casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registrados em 2011 no município de Imperatriz

107

registros de abuso sexual contra menores foram confirmados pelo Creas em Imperatriz no ano passado



Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social de Imperatriz que atende crianças abusadas

gistro de agressão psicológica, agressão física e maus-tratos.

Também foi constatado que a faixa etária das vítimas diminuiu em relação a anos anteriores. O maior índice de casos de abuso sexual teve como vítimas crianças de 5 a 8 anos. Em geral, o número de atendimentos feito pelo Creas em 2012 foi 197, um quantitativo considerado elevado.

Preocupação - Apesar do aumento do número de casos de abuso sexual preocupar as autoridades ligadas à defesa de crianças e adolescentes, Ariston de França vê algo que ele considera positivo: o fato de as pessoas estarem denunciando mais. "A gente pressupõe que esse número de denúncias se dá devido ao trabalho que o Creas tem feito na comunidade escolar e com a população de modo geral", disse.

Entre as ações desenvolvidas pelo Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social de Imperatriz em parceria com os Conselhos Tutelares, Vara e Promotoria da Infância

Mais

Rede

Em Imperatriz, a rede de proteção à criança e ao adolescente é formada por dois conselheiros tutelares; pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); pelo Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social (Creias); pela Promotoria da Justiça da Criança e do Adolescente; pela Vara da Infância e Juventude; pela Casa de Passagem e por um albergue que foi reformado com o que foi coletado por meio de uma campanha da Vara da Infância e Juventude.

Programas

Embora haja diversos programas desenvolvidos pela Prefeitura de Imperatriz para combater o abuso sexual contra crianças e adolescentes, ainda é possível se constatar um número elevado de crianças e adolescentes nas ruas da cidade, principalmente próximo a supermercados e feiras. No local, eles vigiam carros e motocicletas e recebem alguns trocados.

e Juventude está a Campanha do Dia 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes).

A divulgação de forma massificada de serviços como o Disc-100 também é apontada como um dos fatores importan-

tes para o aumento das denúncias, segundo o coordenador. "Isso porque o Disc-100 é hoje o suporte maior para quem quer fazer a denúncia, porque não precisa se identificar. O caso vai chegar a alguém na Secretaria de Direitos Humanos e ser passado às autoridades competen-

tes para o atendimento", destacou Ariston de França.

Delegacia - Com a conclusão do relatório de trabalho, o Creas vai enviar o documento às autoridades, como os titulares da Vara da Infância e Juventude, Promotoria da Criança e do Adolescente, entre outros. Além disso, Ariston de França ressaltou que será retomada este ano a discussão entre instituições, entidades e órgãos, visando solicitar mais uma vez a criação da Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente (DPCA).

A criação dessa delegacia já foi motivo de reuniões entre conselheiros e representantes de entidades de defesa da criança e do adolescente. Há mais de um ano, o então conselheiro tutelar Pedro Gomes chegou a entregar um documento com um relatório de atendimentos em anexo aos secretários estaduais de Segurança e de Justiça e Administração Penitenciária sobre o excesso de casos de abuso contra crianças e adolescentes.

Suplente contesta eleição do vereador Beto Castro

Ações foram propostas por Paulo Roberto Pinto, colega de partido do parlamentar

Gilberto Léda
Da Editoria de Política

O mandato do vereador Beto Castro foi contestado esta semana na Justiça Eleitoral pelo seu companheiro de chapa, o primeiro suplente Paulo Roberto Pinto, o Carioca, ambos do PRTB. Por meio de duas ações protocoladas na 3ª Zona Eleitoral de São Luís - um Recurso Contra a Expedição de Diploma (RCED) e uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - Paulo Roberto denuncia o parlamentar pela posse de pelo menos dois CPFs, dois RGs e dois títulos de eleitor. Ele pede à Justiça a cassação do colega de partido e sua diplomação e posse na vaga da Câmara Municipal.

Os documentos que apontam a existência de um Werbeth Macedo Castro e um Werbeth Machado Castro foram anexados aos processos, nos quais os advogados do suplente de vereador mostram, ainda, que a eleição de Castro deu-se mediante fraude. Alegam eles que o então candidato omitira da Justiça Eleitoral e "principalmente do eleitorado ludovicense, características desabonadoras de sua vida pregressa" ao esconder o fato de ter mais de uma identidade.

"Além de [esconder] ação penal contra si deflagrada pelo Ministério Público Estadual pela prática do crime de receptação", diz o advogado Daniel Leite nas duas peças. Ele provoca, ainda, um de-



Divulgação



Biaman Prado

Suplente Carioca contesta na justiça eleição do vereador Beto Castro

bate sobre o conceito de fraude a ser usado no julgamento do caso.

"O conceito de fraude não se restringe àquele sucedido no exato momento da votação ou da apuração dos votos. Assim como é direito do candidato trazer ao eleitorado suas plataformas, mostra-se como um direito difuso de toda a comunidade conhecer os fatos que lhes pareça desabonadores para fins de escolha na hora do voto", assevera, corroborando tese do especialista em Direito Eleitoral Carlos Lula.

Prisão - A descoberta de que Beto Castro tinha duas identidades foi feita pela Polícia Civil em 2008. Na ocasião, policiais da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) prenderam um certo Werbeth Machado Castro dirigindo uma picape com placa clonada. Ele foi autuado por receptação de produto roubado e

posteriormente condenado, em ação que tramitou na 6ª Vara Criminal, ao pagamento de cestas básicas.

Desde então, praticamente todas as vezes em que se envolveu em alguma pendência judicial ou financeira, Beto Castro usou o nome falso. Werberth Machado Castro, "nascido" no ano de 1979, responde a dois processos na Justiça Comum.

Como Werbeth Macedo Castro - provavelmente o nome verdadeiro -, o vereador responde a mais dois processos no primeiro grau e a um no segundo, que corre em segredo de Justiça. Ao saber disso, o secretário de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes, determinou a abertura de inquérito para investigar suposto crime de falsidade ideológica.

Procurado por O Estado, Beto Castro não foi encontrado.

A dor da gente não sai no jornal

BRUNA BARBIERI WAQUIM

Na música "Notícia de Jornal", Chico Buarque cantou as dores da Joana que tentou se matar porque "errou na dose/ errou no amor/ Joana errou de João/ ninguém notou/ ninguém morou na dor que era o seu mal/ a dor da gente não sai no jornal".

Sempre que me lembro dessa música, o pensamento invariavelmente passa aos processos judiciais. Quantos conflitos de família são expostos em um par de folhas, registrados em um calhamaço de atas, pesados como fatos e provas numa sentença, mas a "dor da gente não sai no jornal", a dor das partes não aparece no papel.

E quando eu penso nos processos em que uma das partes sofre alienação parental, aí é que a dor não sai no jornal mesmo.

Primeiro, porque o assunto da alienação parental ainda é pouco discutido, pouco conhecido, considerado pouco importante. O fato de ser necessária, na maioria das vezes, a realização de perícia biopsicossocial costuma assustar partes, advogados e juízes, que imaginam os custos, as demoras, os incidentes, e passam por cima da hipótese de alienação.

"Vai demorar mais"; "É difícil de provar"; "Isso é invenção"; "No meu tempo não se falava disso"; "Isso é apenas bobagem"; "Você não vai conseguir nada com isso".

Enquanto o Judiciário resiste ao reconhecimento dos atos de alienação parental, existem filhos que desenvolvem um alinhamento tão forte com o genitor alienante que reproduzem todos os seus comportamentos e manias, vícios e medos, perdendo o desenvolvimento de uma identidade plena, que precisa vivenciar o contraste de outras identidades para se firmar.

Enquanto o Judiciário demora no processamento das demandas que envolvem essa matéria, existem pais e mães que de tão frustrados por serem vítimas dessa alienação desenvolvem uma couraça interior, afastando-se definitivamente dos filhos como medida de autopreservação, mas vivendo o resto das vidas com a sensação de vazio, de fracasso, podendo evoluir para depressão.

Enquanto o Judiciário se nega a dar a importância devida à contribuição de outras áreas de conhecimento, como a Psicologia, para a solução dos conflitos de interesses que lhe são postos à apreciação, existem filhos que são usados, consciente ou inconscientemente como moeda de troca para aumento de pensão ou como

instrumento de vingança por um dos pais, que não fazem ideia dos transtornos psíquicos que podem acarretar aos filhos que são expostos a esse tipo de conflito.

A dor da gente não sai no jornal, mas é possível ser lida nas entrelinhas. É possível ser sentida em audiência. É possível ser mensurada no processo caso se oportunize às partes o direito de produzir provas sobre seu direito.

Desde o ano de 2010 foi editada a Lei nº 12.318, que dispõe especificamente sobre Alienação Parental, definindo seus atos e prescrevendo medidas para seu combate.

No artigo 2º, diz a lei que considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a

criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

No parágrafo único, a lei dá alguns exemplos do que seriam atos de alienação parental, como realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência.

Mas o principal é dizer que o juiz pode reconhecer indício de alienação parental até mesmo de ofício, ouvido o Ministério Público para deliberar sobre as medidas provisórias necessárias para preservar a integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com o genitor que está sendo alienado ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, a teor do artigo 4º.

A ferramenta existe, que é a Lei nº 12.318/2010, e já existe farta jurisprudência orientando sua aplicação, particularmente nos TJSP e TJRS. Precisamos apenas de sensibilidade e diligência de todas as Instituições do Sistema da Justiça para que o problema da Alienação Parental seja enfrentado com rigor e o direito fundamental à convivência familiar seja restabelecido.

Mestranda em Direito e Instituições do
Sistema da Justiça - UFMA
E-mail: bu_barbieri@yahoo.com.br

GESTORES DEVEM EFETUAR CADASTRO ELETRÔNICO NO TCE ATÉ O FIM DO MÊS

Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

A medida é uma exigência legal, determinada pela Instrução Normativa nº 011, e figura como um mecanismo importante no sentido de fazer com que a Corte de Contas possua informações atualizadas sobre os gestores públicos maranhenses, dentre eles prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais que tomaram posse recentemente. **(Página 03)**



Conselheiro do TCE, Edmar Cutrim

Gestores devem efetuar cadastro eletrônico no TCE até o fim do mês

Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

A medida é uma exigência legal, determinada pela Instrução Normativa nº 011, e figura como um mecanismo importante no sentido de fazer com que a Corte de Contas possua informações atualizadas sobre os gestores públicos maranhenses, dentre eles prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais que tomaram posse recentemente.

"Os gestores, tanto estaduais quanto municipais, tem que estar atentos ao prazo de cadastro. Alguns irão prestar as informações pela primeira vez e outros irão atualizá-las. O importante é que todos cumpra a exigência legal", afirmou o presidente do TCE, conselheiro Edmar Cutrim.

O cadastro eletrônico é feito de maneira simples e rápida através do site do Tribunal (www.tce.ma.gov.br). Depois de acessar a página eletrônica, o gestor deve clicar no link Cadastro de Jurisdicionado, ler as informações sobre o procedimento e clicar no ícone prosseguir.

Para aqueles que já possuem cadastro (ou seja, já prestaram tais informações em outras oportunidades) basta apenas digitar nome e senha e acessar a página onde serão descritas ou atualizadas as informações, tais como nome completo, endereço, cargo, mandato, dentre outras. Os que não possuem senha terão que cadastrá-la, assim como o nome de usuário.



Conselheiro do TCE, Edmar Cutrim

Além de prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais, são obrigados a efetuar o cadastro presidente da Assembleia Legislativa; presidente do Tribunal de Justiça e Contas; presidentes de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, de Fundações, de Institutos, ou cargos equivalentes; dirigente máximo da unidade administrativa subordinada ao órgão ou poder da administração pública que realize ato de ges-

tão, por delegação ou por qualquer outro motivo (são os servidores com cargo de direção que executam o orçamento por delegação do chefe do poder); dirigente máximo de unidade supervisora ou gestora que realize atos de gestão (servidores delegados pelo gestor); responsável pela contabilidade do órgão ou poder jurisdicionado, indicando o número do registro no Conselho Regional de Contabilidade (contador); membro de órgão colegi-

ado, que por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão (membros do Conselho de Administração e Fiscal); responsável pela gestão orçamentária e financeira ou outro co-responsável por atos de gestão (diretor financeiro e contador).

O gestor que não efetuar o cadastro até o fim deste mês será penalizado com multa, além de outras sanções previstas em lei.

PROTEÇÃO

TJMA investe R\$ 15 milhões na segurança de dados judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) investiu R\$ 15 milhões para garantir a segurança de dados judiciais, em 2012. Deste total, cerca de R\$ 2 milhões foram aplicados na implantação da nova central de processamento de dados (Data Center).

Inaugurado em julho de 2012, o Data Center grava informações dos sistemas judiciais e administrativos, com capacidade para armazenar 58 terabytes (espaço de memória) - o suficiente para guardar 50 milhões de páginas de documentos, ou o equivalente a 100 mil resmas de papel.

"É mais facilidade para os operadores do Direito e maior agilidade no julgamento dos processos. É incalculável a economia de tempo, espaço e recursos", avalia o

presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior.

A central de dados utiliza tecnologia de ponta que permite infinitas ampliações, prevendo a expansão do processo eletrônico, com funcionamento 24 horas/dia dos sistemas judiciais e administrativos.

REDE - Foram feitos investimentos também na instalação da nova rede de dados do Judiciário em diversas comarcas do Estado, além do Juizado de Trânsito, Auditoria Militar, Ouvidoria, Juizados de Bacabal, Timon, Grajaú, Amarante, São Francisco do Maranhão, Mirador, Tasso Fragoso e São Domingos do Azeitão. Aumentou a capacidade de comunicação das unidades para 2 mbps (cerca de 4 a 8 vezes mai-

or que a velocidade anterior).

O Tribunal implantou, ainda, os sistemas Themis SG WEB, o novo Portal do Judiciário, sistemas para marcação de consultas do setor médico e odontológico, controle de veículos, auditoria de serventias extrajudiciais, entre outros, tornando o atendimento administrativo e judicial mais ágeis.

"Modernizar os serviços judiciais é imprescindível. O Poder Judiciário vai investir cada vez mais na capacidade de sua rede de dados para agilizar os serviços forenses e melhorar o atendimento àqueles que procuram a Justiça", garante Guerreiro Junior.

PROJETOS - Segundo o diretor de Informática, em 2013, o TJMA investirá mais na unificação das bases de dados da

Justiça de 1º Grau. "O objetivo é colocar todos os dados de processos de 1º grau em um único banco de dados (hoje existe um banco de dados para cada comarca). Isso permitirá a expedição de certidões online e facilitará a geração de relatórios estatísticos do Judiciário, além de trazer mais segurança", explica.

Está prevista também para este ano a implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), desenvolvido pelo CNJ, que possibilitará a virtualização dos processos judiciais.

Outro projeto importante é a utilização de Telefonia IP (VoIP), que permitirá a comunicação de voz entre as comarcas, com uso da rede do TJMA, sem custo de telefonia.

Mais de duas mil pessoas, entre advogados e demais convidados participaram da sessão solene que deu posse ao presidente reeleito Mário Macieira, que ainda teve a presença de conselheiros federais



Cerca de duas mil pessoas, entre advogados e convidados, estiveram presentes à posse da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Maranhão, reeleita em 2012 para o triênio 2013/2015. A cerimônia de posse aconteceu no auditório Darcy Ribeiro do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, na noite da última quinta-feira (10). A solenidade também marcou o ingresso de 171 novos advogados inscritos nos quadros da OAB/MA e a comemoração de um ano de atividades da Rádio WEB da Seccional Maranhense.

Além do presidente da OAB/MA, Mário Macieira, reeleito com 73,7% dos votos válidos no dia 23 de novembro do ano passado, foram empossados o vice-presidente, Valdenio Caminha; o secretário-geral, Carlos Couto; o secretário adjunto Ulisses Martins; o tesoureiro Marcos Lara; os conselheiros seccionais titulares e suplentes da OAB/MA; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão - CAA/MA, Gerson Nascimento, a vice-presidente, Teresinha Marques Vale; o secretário-geral, Aldinei Abreu Farias; a secretária-geral adjunta, Rosimeire de Freitas Barros e o tesoureiro, Valter de Jesus Praseres.

A mesa de honra da Cerimônia foi formada pelo vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Alberto de Paula Machado, que representou o presidente Ophir Cavalcante e presidiu a solenidade; pelo vice-governador do Estado, Washington Oliveira; o desembargador José Joaquim dos Anjos, que representou o Tribunal de Justiça do Estado; o deputado Rubens Pereira Júnior, que representou a Assembleia Legislativa; o procurador-geral do Município de São Luís, Marcos Braid; o promotor de justiça e Diretor Geral da PGJ, Luiz Gonzaga Martins Coelho, que representou o Ministério Público do Maranhão; o desembargador Luis Cosmo Júnior, que representou o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MA); o desembargador Froz Sobrinho, que representou o Tribunal Regional Eleitoral; a procuradora Geral do Estado, Helena



Presidente Mário Macieira discursa durante solenidade de posse ocorrida nesta quinta-feira, no Centro de Convenções



Advogados, é vossa a força da OAB, a mística da OAB, venham fazer parte da nossa nova gestão e ajudar a construir uma bela história

Mário Macieira,
presidente da OAB

Haickel; a procuradora federal Carolina da Hora Mesquita; os conselheiros federais da OAB pelo Maranhão: Valéria Lauande, Raimundo Marques e José Guilherme Zagallo; o ex-presidente e atual conselheiro federal pela OAB/RS, Cláudio Lamachia; e o conselheiro federal pela OAB/RJ, Cláudio Pereira.

Após a execução do Hino Nacional e da leitura de posse da nova Diretoria da OAB/MA e do compromisso dos novos advogados, Macieira iniciou seu discurso de posse parabenizando os novos colegas e agradecendo a todos os membros de sua diretoria, conselheiros e advogados o apoio à gestão anterior. "Advogados, é vossa a força da OAB,

a mística da OAB, venham fazer parte da nossa nova gestão e ajudar a construir uma bela história", conclamou.

Macieira ressaltou ainda os projetos, ações e realizações iniciadas na gestão anterior e que terão prosseguimento no próximo triênio. "Foram muitas, mas destaco algumas como o lançamento da campanha Sem Advogado Não Há Justiça, que teve ainda uma cartilha contendo as Prerrogativas dos Advogados; ajuizamentos de habeas corpus e de desagravos contra os abusos contra as prerrogativas profissionais dos advogados, nesse sentido o caso mais emblemático foi a prisão arbitrária do advogado e atual presidente da Subseção de Santa Inês, Irandy Garcia da Silva, todos nós nos unimos e conseguimos a vitória de soltá-lo e defender suas prerrogativas como advogado", lembrou. Em 2013, a atual diretoria pretende fazer seminários para discutir as prerrogativas profissionais dos advogados.

Para a nova gestão, o dirigente da OAB/MA disse que além de dar continuidade às ações já criadas pela Seccional criará outras, como o campeonato de vôlei feminino, já que os advogados têm o Campeonato de Futebol dos Advogados, cuja ter-

ceira edição foi realizada em 2012.

Os cursos e telepresenciais da Escola Superior de Advocacia - ESA da OAB/MA também terão novidades na nova gestão. Em 2013, advogados adimplentes e estagiários com Carteira da OAB também em dia com a anuidade da instituição poderão se inscrever nos cursos gratuitamente.

Mário Macieira também anunciou que, ainda em janeiro, será criado e inaugurado na Sala do Advogado da OAB/MA no Fórum do Calhau o Centro de Inclusão Digital da Advocacia, que objetiva auxiliar os advogados na preparação para o Processo Digital e conseqüentemente para o Processo Judicial Eletrônico (PJe). O projeto também será disseminado entre as Subseções da OAB no interior do Maranhão. O vice-presidente do Conselho Federal da OAB elogiou o presidente da OAB/MA pela iniciativa de realizar a Cerimônia de Posse conjuntamente com a Solenidade de Compromisso dos Novos Advogados. "Ouvindo a leitura do compromisso profissional e do compromisso de posse da Diretoria não tem como não deixar de se refletir sobre o porquê da sociedade se perguntar por que sobre os mais diversos assuntos a OAB se posiciona", enfatizou.

Vice-governador Washington Luiz prestigia posse

O vice-governador do Maranhão, Washington Luiz Oliveira, prestigiou também, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, a posse do presidente reeleito da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira; e dos conselheiros seccionais, dirigentes da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão, além de acompanhar a declaração de compromisso de 170 bacharéis em Direito, aprovados no último Exame de Ordem.

"Os advogados são profissionais

rente, reafirmou que seu propósito é dar continuidade ao trabalho anterior, focado na realização de projetos e ações que tragam ainda mais valorização profissional à classe advocatícia no Maranhão.

"Nós vamos trabalhar para fazer uma gestão ainda melhor em prol do profissional advogado, em consonância com a política nacional da OAB", frisou Macieira.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela



TCE

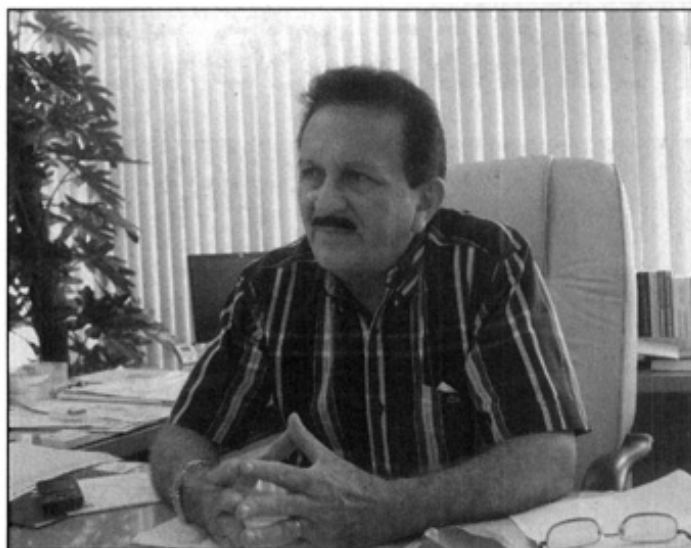
Gestores devem efetuar cadastro

Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/Ma).

A medida é uma exigência legal, determinada pela Instrução Normativa nº 011, e figura como um mecanismo importante no sentido de fazer com que a Corte de Contas possua informações atualizadas sobre os gestores públicos maranhenses, dentre eles prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais que tomaram posse recentemente.

"Os gestores, tanto estaduais quanto municipais, tem que estar atentos ao prazo de cadastro. Alguns irão prestar as informações pela primeira vez e outros irão atualizá-las. O importante é que todos cumpra a exigência legal", afirmou o presidente do TCE, conselheiro Edmar Cutrim.

O cadastro eletrônico é feito de maneira simples e rápida através do site do Tribunal (www.tce.ma.gov.br). Depois de acessar a página eletrônica, o gestor deve clicar no link Cadastro de Jurisdicionado, ler as



Edmar frisou que os gestores têm que ficar atentos ao prazo de envio de informações

informações sobre o procedimento e clicar no ícone prosseguir.

Para aqueles que já possuem cadastro (ou seja, já prestaram tais informações em outras oportunidades) basta apenas digitar nome e senha e acessar a página onde serão descritas ou atualizadas as informações, tais como nome completo, endereço, cargo, mandato,

dentre outras. Os que não possuem senha terão que cadastrá-la, assim como o nome de usuário.

Além de prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais, são obrigados a efetuar o cadastro presidente da Assembleia Legislativa; presidente do Tribunal de Justiça e Contas; presidentes de Empresas Públicas e Sociedades de

Economia Mista, de Fundações, de Institutos, ou cargos equivalentes; dirigente máximo da unidade administrativa subordinada ao órgão ou poder da administração pública que realize ato de gestão, por delegação ou por qualquer outro motivo (são os servidores com cargo de direção que executam o orçamento por delegação do chefe do poder); dirigente máximo de unidade supervisora ou gestora que realize atos de gestão (servidores delegados pelo gestor); responsável pela contabilidade do órgão ou poder jurisdicionado, indicando o número do registro no Conselho Regional de Contabilidade (contador); membro de órgão colegiado, que por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão (membros do Conselho de Administração e Fiscal); responsável pela gestão orçamentária e financeira ou outro co-responsável por atos de gestão (diretor financeiro e contador).

O gestor que não efetuar o cadastro até o fim deste mês será penalizado com multa, além de outras sanções previstas em lei.

KARLOS GEROMY O IMPÍD APRESS

■ LANÇAMENTO

Máneton Macedo lança livro sobre processo legislativo estadual

O livro "Processo Legislativo Estadual e Procedimentos Regimentais" marca a estreia de Máneton Macedo, diretor legislativo adjunto da Assembleia Legislativa do Maranhão, no universo das letras. A iniciativa de lançar um livro que discorra sobre processo legislativo e Regimento Interno é pioneira no Estado do Maranhão.

A finalidade da obra é traçar de maneira objetiva, clara e precisa, um programa geral e específico das regras procedimentais da tramitação de proposições no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em especial nas comissões temáticas, explicando-as didaticamente, de maneira que se ponham ao alcance de qualquer leitor, mesmo o leigo.

A obra esmiúça também aspectos mais complexos, expondo os problemas e questões que têm desafiado aqueles que operam essas regras na prática, baseado nas normas de produção legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, contidas na Cons-

tituição Estadual e no Regimento Interno da Casa.

"Mas o objetivo essencial deste livro é transmitir meus conhecimentos na área do processo legislativo estadual, facilitando, portanto, a compreensão da interpretação regimental do procedimento legislativo e aprofundar o estudo da disciplina por todos quantos se interessarem pelo assunto", declarou o autor Máneton Macedo, que tem mais de 20 de experiência na área.

O texto certamente será útil para os eleitores em geral, para os operadores do direito, para os profissionais da imprensa, para os estudantes, enfim, para todos os interessados em conhecer os meandros da lide legislativa estadual.

O livro "Processo Legislativo Estadual e Procedimentos Regimentais" encontra-se à venda nas seguintes livrarias: Livraria do Advogado - prédio da OAB-MA; Livraria do Advogado - Tropical Shopping; Forum Desembargador Sarney; Livraria Leitura - Shopping da ilha; e livraria Themis - Edifício Monumental.



Máneton Macedo é advogado e tem mais de 20 anos de experiência na área jurídica



Mas o objetivo essencial deste livro é transmitir meus conhecimentos na área do processo legislativo estadual, facilitando, portanto, a compreensão da interpretação regimental do procedimento legislativo e aprofundar o estudo da disciplina por todos quantos se interessarem pelo assunto

Máneton Macedo,
autor

Rastro de calamidade (1)

Todos os prefeitos maranhenses eleitos pela oposição ao anterior estão furiosos com a herança de terra arrasada. Não é, porém, o que acontecem com aqueles que fizeram campanha sob o guarda-chuva do antecessor. Nenhuma situação de descalabro, nada de reclamação, nem salário atrasado, nem dívidas impagáveis.

Rastro de calamidade (2)

Em Arari, por exemplo, o prefeito Djalma Melo (PTB) já sente ameaça de greve dos professores, em razão de salários atrasados. Encostado na parede, ele mandou os servidores cobrarem do anterior, Leão Santos Neto, que teria deixado "um rastro de calamidade". Em Pinheiro, Coroatá e vários outros municípios, os prefeitos recorreram à Justiça para resgatar documentos e equipamentos não repassados.

Avaliação (I)

■ A doação do Banco Mundial de US\$ 450 mil ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) financiará um projeto que pretende melhorar a gestão orçamentária e de recursos humanos dos 27 tribunais estaduais do país. Em 10 dias, o Banco Mundial deve autorizar a contratação de uma consultoria brasileira independente que será responsável pelo projeto no período de dois anos e quatro meses.

Avaliação (II)

■ O conselho já verificou que há diferença no acesso à Justiça no Brasil. Segundo a pesquisa "Justiça em Números", em 2011 foram ajuizados 4,2 mil novos casos por 100 mil habitantes em estados como Maranhão e Piauí. Por outro lado, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o número passa de 11,3 mil. O que, para o CNJ, pode estar ligado à falta de eficiência no gasto e na desproporção entre a demanda e o número de servidores.

■ Gestão dos tribunais

A doação de US\$ 450 mil do Banco Mundial ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) financiará um projeto que pretende melhorar a gestão orçamentária e de recursos humanos dos 27 tribunais estaduais do país.

Dividido em três etapas, o projeto “Diagnóstico e Fortalecimento dos Tribunais de Justiça dos Estados” fará um pente-fino nos documentos e práticas de gestão dos tribunais.

Depois, serão escolhidos os 10 tribunais com melhor desempenho e elaborado um modelo a ser aplicado nos três tribunais com os piores resultados. A terceira fase consiste em prestar consultoria a esses tribunais para melhorar o processo de trabalho.

Grupo de Monitoramento Carcerário pede manutenção de convênio com as Apacs

O Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão vai solicitar à governadora Roseana Sarney a continuidade do convênio entre o Estado e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs). O pedido incluirá também a celebração de novas parcerias para o custeio das outras sete Apacs já criadas em municípios do estado.

A decisão foi tomada nesta sexta-feira (11), em reunião do GMF com representantes do Ministério Público Estadual, OAB, Defensoria Pública, Conselho da Comunidade, Conselho de Direitos Humanos e das secretarias estaduais de Educação, da Mulher e de Justiça e Administração Penitenciária, em razão da ameaça de rompimento de convênio pela Sejap.

"Acreditamos na política da ressocialização e no método Apac e esperamos que ele seja ampliado no estado", ressaltou o desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ-MA.

O encontro emergencial foi motivado pela emissão de ofício pelo secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Victor Tamer, informando sua intenção de rescindir o convênio de custeio com a Apac de Pedreiras e de não celebrar novos convênios com outras Apacs. O secretário informou que baseou seu posicionamento em parecer da procuradora estadual Cláudia Maria Gonçalves.

Presente à reunião, a procuradora Cláudia Maria Gonçalves esclareceu que houve um erro na interpretação do parecer, uma vez que ela não teria recomendado a rescisão do convênio ou se manifestado pela proibição da assinatura de outros da mesma natureza.

"A recomendação é apenas para que todos os convênios passem por uma análise pela Procuradoria Geral do Estado, quanto às condições e cláusulas de cada caso", explicou. A Procuradora do Estado disse ainda que não recomendou e não recomenda a ruptura abrupta do convênio sem abertura do contraditório.

O desembargador Froz Sobrinho ressaltou que a ressocialização prisional é uma política atualmente adotada pelo Poder Judiciário maranhense, que por meio da instalação das Apacs vem expandindo esse trabalho no estado. "A criação da Unidade de Monitoramento Carcerário enquanto órgão autônomo demonstra a preocupação do TJ-MA com a reintegração social e capacitação profissional dos internos e egressos", lembrou.

O juiz da auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais e membro do GMF, Douglas de Melo Mar-

tins, ressaltou a respeitabilidade das Apacs dentro e fora do Brasil, enquanto método que oferece aos condenados, em ambiente higiênico, limpo e saudável, profissionalização, assistência à saúde, assistência jurídica, religiosidade e a valorização humana.

"A reincidência está abaixo de 10%, enquanto no sistema tradicional é superior a 70%. Nunca aconteceu no país o questionamento sobre a legalidade das Apacs, o que existe é apoio, incentivo e parcerias do Poder Público", destacou.

Participaram da reunião as promotoras de Justiça, Fabíola Fernandes Ferreira e Lana Barros Pessoa, os juízes José Costa, Ana Gabriela Everton (Pedreiras), Josane Braga (Coroatá), o advogado Rafael Silva, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, entre outros representantes de entidades.

DIVULGAÇÃO



Representantes de vários órgãos participaram da reunião

Fórum de São Luís mantém plantão judiciário durante 24h no fim de semana

O Fórum de São Luís mantém plantões Criminal e Cível, no fim de semana e feriados, em regime de 24h, para atender os casos considerados de natureza urgente.

O plantão do fim de semana começa às 18h de sexta-feira e vai até as 8h de segunda-feira. Nos dias úteis ocorre plantão noturno diariamente, sempre a partir das 18h até as 8h do dia seguinte.

Os plantões judiciais fun-

cionam na sede do Fórum Des. Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha, s/n, Calhau). Neste fim de semana, dias 12 e 13 de janeiro, respondem pelos plantões Criminal e Cível, respectivamente, os juízes Raimundo Ferreira Neto (titular da 2ª Vara Criminal) e José Raimundo Sampaio (titular do 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo). Cada magistrado é auxiliado pelo secretário judicial e pelo oficial de justiça.

Gestores devem efetuar cadastro eletrônico no TCE até o fim do mês

Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. A medida é uma exigência legal, determinada pela Instrução Normativa nº 011, e figura como um mecanismo importante no sentido de fazer com que a Corte de Contas possua informações atualizadas sobre os gestores públicos maranhenses, dentre eles prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais que tomaram posse recentemente.

PÁGINA 3

Gestores devem efetuar cadastro eletrônico no TCE até o fim do mês

Gestores públicos maranhenses têm até o fim deste mês para efetuar o cadastro eletrônico de gestores e ordenadores de despesas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA).

A medida é uma exigência legal, determinada pela Instrução Normativa nº 011, e figura como um mecanismo importante no sentido de fazer com que a Corte de Contas possua informações atualizadas sobre os gestores públicos maranhenses, dentre eles prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais que tomaram posse recentemente.

“Os gestores, tanto estaduais quanto municipais, tem que estar atentos ao prazo de cadastro. Alguns irão prestar as informações pela primeira vez e outros irão atualizá-las. O importante é que todos cumpram a exigência legal”, afirmou o presidente do TCE, conselheiro Edmar Cutrim.

O cadastro eletrônico é feito de maneira simples e rápida por meio do site do Tribunal

(www.tce.ma.gov.br).

Depois de acessar a página eletrônica, o gestor deve clicar no link Cadastro de Jurisdicionado, ler as informações sobre o procedimento e clicar no ícone prosseguir.

Para aqueles que já possuem cadastro (ou seja, já prestaram tais informações em outras oportunidades) basta apenas digitar nome e senha e acessar a página onde serão descritas ou atualizadas as informações, tais como nome completo, endereço, cargo, mandato, dentre outras. Os que não possuem senha terão que cadastrá-la, assim como o nome de usuário.

Além de prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais, são obrigados a efetuar o cadastro presidente da Assembleia Legislativa; presidente do Tribunal de Justiça e Contas; presidentes de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, de Fundações, de Institutos, ou cargos equivalentes; dirigente máximo da unidade adminis-

trativa subordinada ao órgão ou poder da administração pública que realize ato de gestão, por delegação ou por qualquer outro motivo (são os servidores com cargo de direção que executam o orçamento por delegação do chefe do poder); dirigente máximo de unidade supervisora ou gestora que realize atos de gestão (servidores delegados pelo gestor); responsável pela contabilidade do órgão ou poder jurisdicionado, indicando o número do registro no Conselho Regional de Contabilidade (contador); membro de órgão colegiado, que por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão (membros do Conselho de Administração e Fiscal); responsável pela gestão orçamentária e financeira ou outro co-responsável por atos de gestão (diretor financeiro e contador).

O gestor que não efetuar o cadastro até o fim deste mês será penalizado com multa, além de outras sanções previstas em lei.

EDITAL

ESTADO DO MARANHÃO. PODER JUDICIÁRIO. 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA. EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO COM PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº. 1502-69.2010.8.10.0001 (15022010). AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial. PARTE(S) REQUERENTE(S): HSBC BANK BRASIL S.A. PARTE(S) REQUERIDA(S): EDIVAN APARECIDO DOS SANTOS, DANDI COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-ME, MARCIA REGINA OLIVEIRA DOS SANTOS, FERNANDO JACOB DE SOUSA SANTANA. O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervásio Protásio dos Santos Júnior, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luis, Estado do Maranhão. FINALIDADE. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO a(s) parte(s) requerida(s), DANDI COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.863.660/0001-04, EDIVAN APARECIDO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 734.889.178-00, MARCIA REGINA OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 011.929.453-28, FERNANDO JACOB DE SOUSA SANTANA brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 011.697.633-08, atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagarem no prazo de 03 (três) dias a importância de R\$167.999,45 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), e mais despesas jurídicas. Cientificando que o prazo para oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito DESPACHO: Defiro a citação por edital, devendo ser expedido, obedecendo o disposto no art. 232 do CPC. Fixo o prazo de 30 dias, correndo da primeira publicação, alertando-se ainda o exequente da necessidade de publicação em jornal de ampla circulação, ônus que cabe ao credor. São Luís (MA), 29 de fevereiro de 2012. Gervásio Protásio dos Santos Júnior Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível O que se CUMPRÁ nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luis, Estado do Maranhão, aos 9 de maio de 2012. Eu, Renata Mônica Rodrigues da Silva, Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo. Gervásio Protásio dos Santos Júnior. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível.

TJ-MA investe R\$ 15 milhões na segurança de dados judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão investiu R\$ 15 milhões para garantir a segurança de dados judiciais, em 2012. Deste total, cerca de R\$ 2 milhões foram aplicados na implantação da nova central de processamento de dados (Data Center). Inaugurado em julho de 2012, o Data Center grava informações dos sistemas judiciais e administrativos, com capacidade para armazenar 58 terabytes.

PÁGINA 4 _____

TJ-MA investe R\$ 15 milhões na segurança de dados judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) investiu R\$ 15 milhões para garantir a segurança de dados judiciais, em 2012. Deste total, cerca de R\$ 2 milhões foram aplicados na implantação da nova central de processamento de dados (Data Center).

Inaugurado em julho de 2012, o Data Center grava informações dos sistemas judiciais e administrativos, com capacidade para armazenar 58 terabytes (espaço de memória) – o suficiente para guardar 50 milhões de páginas de documentos, ou o equivalente a 100 mil resmas de papel.

“É mais facilidade para os operadores do Direito e maior agilidade no julgamento dos processos. É incalculável a economia de tempo, espaço e recursos”, avaliou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Guerreiro Júnior.

A central de dados utiliza tecnologia de ponta que permite infinitas ampliações, prevendo a expansão do processo eletrônico, com funcionamento 24 horas/dia dos sistemas judiciais e administrativos.

Rede – Foram feitos investimentos também na instalação da nova rede de dados do Judiciário em diversas comarcas do estado, além do Juizado de Trânsito, Auditoria Militar, Ouvidoria, Juizados de Bacabal, Timon, Grajaú, Amarante, São Francisco do Maranhão, Mirador, Tasso Fragoso e São Domingos do Azeitão. Aumentou a capacidade de comunicação das unidades para 2 mbps (cerca de 4 a 8 vezes maior

que a velocidade anterior).

O Tribunal implantou, ainda, os sistemas Themis SG WEB, o novo Portal do Judiciário, sistemas para marcação de consultas do setor médico e odontológico, controle de veículos, auditoria de serventias extrajudiciais, entre outros, tornando o atendimento administrativo e judicial mais ágeis.

“Modernizar os serviços judiciais é imprescindível. O Poder Judiciário vai investir cada vez mais na capacidade de sua rede de dados para agilizar os serviços forenses e melhorar o atendimento àqueles que procuram a Justiça”, garantiu Guerreiro Júnior.

Projetos – Segundo o diretor de Informática, em 2013, o TJ-MA investirá mais na unificação das bases de dados da Justiça de

1º Grau. “O objetivo é colocar todos os dados de processos de 1º grau em um único banco de dados (hoje existe um banco de dados para cada comarca). Isso permitirá a expedição de certidões on-line e facilitará a geração de relatórios estatísticos do Judiciário, além de trazer mais segurança”, explica.

Está prevista também para este ano a implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), desenvolvido pelo CNJ, que possibilitará a virtualização dos processos judiciais.

Outro projeto importante é a utilização de Telefonia IP (VoIP), que permitirá a comunicação de voz entre as comarcas, com uso da rede do TJ-MA, sem custo de telefonia.

DIVULGAÇÃO



Guerreiro Júnior diz que modernizar os serviços judiciais é imprescindível

É mais facilidade para os operadores do Direito e maior agilidade no julgamento dos processos. É incalculável a economia de tempo, espaço e recursos”, avalia o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Guerreiro Júnior, acerca do planejamento e do controle diário da execução orçamentária do judiciário.

Corregedoria faz entrega de cartilhas no Centro de Detenção Provisória

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria Especial de Assistência aos Encarcerados (CAE), realizou, na manhã dessa quinta-feira (10), no Centro de Detenção Provisória, em Pedrinhas, a entrega da Cartilha da Pessoa Presa. A cartilha, enviada pelo Conselho Nacional de Justiça, foi entregue às pessoas em situação de reclusão e aos familiares e tem o objetivo de orientá-los sobre os direitos e deveres da pessoa presa.

Durante a entrega, a coordenadora da CAE, Marilene Aranha, destacou a importância da cartilha para os reeducandos. “Essa cartilha é um instrumento produzido pelo Conselho Nacional de Justiça que demonstra a preocupação dos órgãos da Justiça no sentido de trazer até os encarcerados todas as informações sobre direitos, deveres e benefícios. Com essas cartilhas vocês podem cobrar os direitos das autoridades competentes”, observou.